



NESTA EDIÇÃO

FRENTE-A-FRENTE

A alteração da taxa de esforço nos créditos vai ajudar as famílias em dificuldades? **P. 2**

RESTAURAÇÃO

AHRESP diz que nova lei do tabaco é excessiva e discriminatória **PP. 6-7**

NUNO ANAHORY:

“Hoje, uma empresa já pode ser 100% portuguesa no Catar” **P. 8**

DISTRIBUIÇÃO

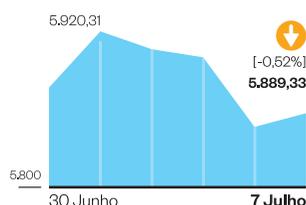
Rede Aqui é Fresco aposta em preços 40% abaixo da concorrência **P. 9**

CONFERÊNCIA

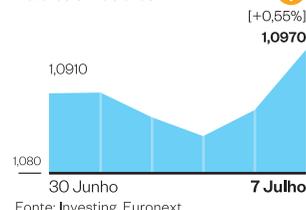
Inteligência artificial generativa tem sentido de urgência **P. 10**

MERCADOS

PSI
Valores em pontos



EURO/DÓLAR
Valores em dólares



Arrendamento forçado e fim dos vistos gold avançam

Aquelas que eram consideradas três das medidas mais polémicas do pacote Mais Habitação foram aprovadas ontem no Parlamento: o fim dos vistos *gold*, a suspensão de novas licenças de alojamento local e o arrendamento forçado de imóveis devolutos **PP. 4-5**



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

CPI à TAP: o relatório em que quem governa não sabe, viu ou ouviu

São 180 páginas que foram muito criticadas pelos partidos da oposição. As omissões são muitas, e gritantes, depois de três meses de comissão parlamentar de inquérito, 46 audições presenciais durante 170 horas. As justificações da relatora, Ana

Paula Bernardo, do PS, também não convenceram os partidos da oposição.

A omissão mais flagrante foi o episódio da noite fatídica de 26 de Abril no Ministério das Infra-Estruturas que envolveu Frederico Pinheiro, ex-adjunto do ministro da pasta,

João Galamba. A sua audição foi uma das mais aguardadas, dado o episódio ter envolvido a PSP, os serviços secretos, alegadas agressões de Frederico Pinheiro a várias assessoras do ministro e o furto/não furto do computador de serviço pelo ex-adjunto.

Nas conclusões do relatório pode ler-se que “a generalidade dos depoimentos aponta para a inexistência de interferência ou ingerência política das tutelas na gestão corrente” da TAP, escreveu a deputada socialista Ana Paula Bernardo. **P. 3**

EDITORIAL

La casa de papel



Lígia Simões

De programas atrás de programas para a habitação não houve falta nos últimos sete anos. E em Fevereiro deste ano estreou-se uma nova temporada que bem podia ser da série televisiva “La Casa de Papel”, versão apresentada com pompa e circunstância do programa Mais Habitação (P+H) como resposta à insuportável crise de habitação. Um conjunto de medidas, desconexas e pouco eficazes, vertidas em PowerPoint composto de frases feitas e chavões para definir assuntos complexos que não foram tratados com tempo nem sustentados pela estatística ou estudos. Um *modus operandi* simplista e pouco cuidadoso que corrói a confiança de um programa que não garante o acesso mais fácil à habitação por parte da classe média, dos jovens e dos grupos mais necessitados.

Ainda antes de sair do papel, responsáveis do sector fizeram soar as campainhas de alarme: “Muitos investidores pretendem sair do país”, alertou o líder da Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários (APPII). Segundo Hugo Santos Ferreira, o P+H retira confiança aos investidores e mantém o problema da habitação. Propõe, por isso, um choque fiscal para os jovens que procuram casa que devia incidir em menos IMT e imposto do selo. E critica o fim dos vistos *gold* – em que, entretanto, o Governo “suavizou” a abordagem à questão – e as medidas para “libertar” fogos do alojamento local (AL).

Algumas dessas críticas, e perante o alerta de fuga de

investidores estrangeiros, não terão caído em saco roto aos mentores do P+H, que começou nesta quinta-feira a ser votado na especialidade e tem agora 20 propostas de alteração, entre as quais a do PS, que propõe descer de 20% para 15% a taxa extraordinária para o AL. Ao recuo da retroactividade dos vistos *gold* somam-se ainda as alterações aos apoios às rendas, a única medida que as pessoas poderiam sentir no bolso, que iria custar muito mais (mil milhões de euros) do que o previsto (240 milhões), tendo o Governo decidido mudar a fórmula de cálculo e instruído os serviços da AT para usar o rendimento bruto e não o colectável, previsto na lei. Resultado: cortaram-se as prestações até 200 euros e excluíram-se contribuintes deste apoio. As famílias sentem-se defraudadas e a oposição denunciou uma fraude democrática. A norma que valida a orientação do Executivo chegou a entrar na AR, mas o PS acabou por retirá-la.

O Governo incendiou, pois, o sector da habitação em Portugal com o anúncio de medidas gravosas e inconstitucionais, como o arrendamento coercivo e as alterações ao regime do AL. Anúncios que lançaram o pânico nos proprietários, imigrantes e investidores. Em virtude do enorme alarme social causado pelas medidas do P+H está-se, assim, a verificar uma enorme redução do investimento e da própria oferta de arrendamento, com um pacote que torna cada vez mais difícil a obtenção de habitação por quem dela necessita. O programa bem podia ser rebaptizado para “Menos Habitação”. Faltam planos ou políticas que tenham resultados ou acertem, pois os portugueses não vivem em casas de papel.

Subdirectora do Jornal Económico

FRENTE-A-FRENTE

Por Bianca Marques

O NOVO Economia ouviu dois especialistas para tentar perceber se a anunciada alteração da taxa de esforço terá impacto nas famílias

A alteração da taxa de esforço vai permitir melhorar a situação das famílias que precisam de crédito?

António Nogueira Leite
Economista



■ Há cinco anos, quando as taxas de referência e o indexante usado para a determinação dos juros cobrados nos empréstimos hipotecários se encontravam a níveis historicamente baixos, o Banco de Portugal decidiu que a concessão destes empréstimos deveria estar sujeita a um teste de stress em que se verificaria o impacto sobre cada devedor de uma subida de 3 p.p. da taxa de empréstimo. É esta medida macroprudencial que vai agora ser revista pelo supervisor da banca. A razão prende-se com o facto de se pensar que, dada a subida já verificada, não é expectável uma subida de 300 p.b. adicionais, pelo que o teste poderá ser feito com base num adicional mais baixo. Ou seja, na prática, este adicional usado nos testes de stress será revisto em baixa, mas os clientes terão de continuar a cumprir o rácio DSTI abaixo dos 50% (ou seja, os pagamentos mensais ao banco não poderão exceder 50% do rendimento disponível). De qualquer modo, deverá ser menos difícil cumprir este requisito com um cenário de stress de taxa de juro menos gravoso (pelo menos, face a um contrafactual em que o adicional de juro se mantivesse em 3 pontos percentuais). Percebe-se esta decisão do regulador num contexto em que se admite que a subida das taxas Euribor nos próximos tempos possa já não ser muito expressiva. Contudo, não estamos a falar de um alívio para as famílias. Estas, porém, ao verificarem os resultados dos testes de stress de há uns anos deveriam ter a noção aproximada do que poderia ser o seu esforço agora.

Pedro Brinca
Economista



■ Presume-se que, pelas declarações da vice-presidente Clara Raposo, a alteração das taxas de esforço possa permitir que mais famílias possam aceder a empréstimos para aquisição de habitação própria. Estas restrições existem por razões de estabilidade financeira do sistema, mas também para proteger as famílias de situações de sobreendividamento, num país com os menores índices de literacia financeira da Europa. Se temos um desequilíbrio profundo entre oferta e procura no mercado de habitação que leva ao aumento de preços que tem sido observado no sector, políticas que estimulam a procura através da facilitação do endividamento dificilmente serão grande solução e podem inclusive ser parte do problema. É importante lembrar que a aquisição de habitação própria é a forma dominante de poupança em Portugal e no resto da Europa, e que a exclusão do acesso será um factor determinante no aprofundar das desigualdades. Mas seria muito mais importante intervir ao nível dos problemas estruturais do sector da habitação, nomeadamente na dinamização do mercado de arrendamento, criação de condições para a expansão da oferta – seja por construção nova ou reabilitação – e desenvolvimento de políticas de transporte que permitam expandir as possibilidades de escolha de habitação a uma geografia mais alargada. Isto permitiria eliminar o desequilíbrio que tem sido observado, estabilizando preços e facilitando a aquisição, sem pôr em causa a estabilidade financeira das famílias e do sistema financeiro.

TEMA DA SEMANA

TAP: o relatório da CPI que não viu, não ouviu e não sabe

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

São 180 páginas que foram muito criticadas pelos partidos da oposição. As omissões são muitas, e gritantes, depois de três meses de comissão parlamentar de inquérito (CPI), 46 audições presenciais durante 170 horas. As justificações da relatora, Ana Paula Bernardo, do PS, também não convenceram os partidos da oposição.

A omissão mais flagrante foi o episódio sobre a noite fatídica de 26 de Abril no Ministério das Infra-Estruturas que envolveu Frederico Pinheiro, ex-adjunto do ministro da pasta, João Galamba. A sua audição foi uma das mais aguardadas, dado o episódio ter envolvido a PSP, os serviços secretos, alegadas agressões de Frederico Pinheiro a várias assessoras do ministro e o furto/não furto do computador de serviço pelo ex-adjunto.

Nas conclusões do relatório pode ler-se que “a generalidade dos depoimentos aponta para a inexistência de interferência ou ingerência política das tutelas na gestão corrente” da TAP, escreveu a socialista Ana Paula Bernardo.

Sobre o caso Frederico Pinheiro, disse que foi “remetido para as entidades policiais relevantes”, o que resultou na abertura de um “inquérito no Ministério Público”. Em relação à legalidade da actuação do SIS para recuperar o computador de Frederico Pinheiro, apontou que a instância competente para tal é a Comissão de Assuntos Constitucionais. Estas questões, juntamente com a polémica reunião entre a ex-CEO da TAP e o deputado socialista Carlos Pereira para preparar a ida de Christine Ourmières-Widener ao Parlamento, em Janeiro, não cons-



tam do relatório preliminar “por não fazerem parte do objecto da comissão parlamentar de inquérito sobre a gestão da TAP”. Se assim é, resta saber porque foram convocados Frederico Pinheiro, João Galamba e a sua chefe de gabinete, Eugénia Correia, para responderem na CPI da TAP sobre os acontecimentos na fatídica noite de 26 de Abril.

Em relação à polémica indemnização de 500 mil euros paga a Alexandra Reis, a relatora ili-

Até 10 de Julho, partidos apresentam propostas de alteração. Dia 13, apresentação e discussão da versão final. Dia 19, votação do documento final no Parlamento

bou de responsabilidades o ex-ministro das Infra-Estruturas e o ex-secretário de Estado: “Nem Pedro Nuno Santos nem Hugo Mendes conheciam o clausulado do acordo.”

Os partidos não tardaram a criticar o documento. A “ingerência política na gestão da TAP” foi “claramente branqueada”, reagiu o deputado do PSD Paulo Moniz, considerando que o documento não teve em conta as “vastíssimas audições na comissão de inquérito mais seguida pelos portugueses”. Já o Chega considerou o relatório uma “farsa e falta de vergonha”, com André Ventura a anunciar uma “alteração estrutural profunda ao relatório”. Por sua vez, Rui Rocha, da IL, considera que o documento é uma “obra de ficção”, anunciando que “não participa em farsas” e que “não fará propostas de alteração”. O deputado Bruno Dias, do PCP, por seu turno, entende que o relatório serve para “defender e justificar a privatização” da TAP, enquanto o Bloco de Esquerda criticou a omissão sobre a actuação de João Galamba, defendendo a sua saída do Governo, segundo Pedro Filipe Soares.

SOBE-E-DESCE

Textos por Nuno Vinha



Miguel Stilwell

CEO da EDP

A eléctrica nacional, já com imenso nome lá fora, é a marca portuguesa mais valiosa, segundo a OnStrategy. Vale 2,751 mil milhões de euros, deixando a Galp em segundo lugar e a larga distância. Não há vergonha em querer empresas grandes.



Mark Zuckerberg

Fundador do Facebook

A nova rede social da gigante tecnológica Meta, a Threads, angariou 10 milhões de assinantes nas primeiras dez horas em que ficou disponível. E ainda nem está disponível na União Europeia... Se o objectivo é destronar o Twitter, está bem lançada.



Fernando Medina

Ministro das Finanças

A medida de apoio às rendas das famílias continua atascada. Foi aprovada em lei, com uma fórmula de cálculo; um despacho das Finanças cortou no apoio; o PS propôs uma norma interpretativa para dar respaldo ao despacho. Agora retirou-a. Reina a trapalhada.



Ana Paula Bernardo

Relatora da CPI da TAP (PS)

Na semana em que entregaram os prémios da Marketeer, foi estranho a deputada do PS não ter recebido nenhum. O documento que assina é uma peça de marketing fantástica e um detergente letal: é impossível lavar mais branco do que isto.

Fim dos novos vistos gold e arrendamento forçado já têm luz verde

Partidos de esquerda deram luz verde ao fim dos novos vistos *gold*, contra os votos da direita. Bloco e PCP abstiveram-se no arrendamento de prédios devolutos há mais de dois anos, numa votação em que o Chega não esteve presente

Isabel Patrício
e Rodolfo Alexandre Reis
ipatrício@medianove.com

Aquelas que eram consideradas duas das medidas de maior polémica do pacote Mais Habitação acabaram por ser aprovadas na especialidade, esta quinta-feira, no Parlamento.

Por exemplo, as novas autorizações de residência para investimento em habitação, conhecidas como vistos *gold*, tiveram os votos favoráveis de PS, BE e PCP, e contra de PSD, Chega e IL. Contudo, permanecem válidos os pedidos de concessão e de renovação de autorização de residência para actividade de investimento, incluindo os que estão “pendentes de procedimentos de controlo prévio nas Câmaras Municipais” à data da entrada em vigor da lei. Por outro lado, fica excluída a limitação adoptada a concessão ou renovação de autorizações de residência para reagrupamento familiar.

A outra proposta que desde 16 de Fevereiro dividia os partidos está relacionada com o arrendamento forçado de edifícios devolutos há mais de dois anos, mas que ontem acabou por ser vota-

da com os votos a favor do PS, a abstenção de BE e PCP e os votos contra de PSD e IL, numa votação em que o Chega não esteve presente. Assim, os donos de casas que estejam devolutas há mais de dois anos e não se encontrem localizadas no interior do país vão ter 90 dias para responder após serem notificados para fazerem obras ou darem uso ao edifício.

Outra das medidas que mais celeuma criaram foi a suspensão da emissão de novos registos de alojamento local (AL) fora dos territórios do interior do país.

Aprovada foi também a contribuição extraordinária sobre o AL, que teve os votos contra da direita. PSD e IL tinham apresentado uma proposta para eliminar esta contribuição, que começou numa taxa de 35%, mas acabou nos 15%, após uma proposta do PS.

Ainda no AL, os deputados aprovaram a isenção de IRS e IRC até 2029 para os proprietários que retirem as suas casas do alojamento local até ao final do próximo ano e as coloquem no mercado de arrendamento.

Na questão das rendas foram aprovadas duas medidas: a primeira diz respeito à descida da taxa de IRS de 28% para 25% nos contratos de arrendamento acima

TIAGO PETINGA / LUSA



de cinco anos. A segunda medida aprovada está relacionada com o limite de 2% à subida da renda dos novos contratos.

Na especialidade, os deputados aprovaram também a isenção de mais-valias nas casas vendidas ao Estado que, no entanto, não é aplicável a casas detidas por residentes nos denominados paraísos fiscais. PS, BE e PCP deram ainda aval ao fim dos incentivos fiscais à reabilitação urbana e ao arrendamento habitacional a custos acessíveis relacionados com fundos de investimento.

Já uma das novidades deste debate foi a aprovação de uma proposta do PSD para o aumento da dedução no imposto municipal sobre imóveis (IMI) das famílias.

Governo vai clarificar apoio às rendas

Ainda antes de se terem iniciado as referidas votações do Mais Habitação, já o PS estava a

retirar de cima da mesa uma das suas propostas mais polémicas: a norma interpretativa que passava para lei a interpretação feita pelo Governo, num despacho interno, relativamente ao apuramento do apoio às rendas. Entretanto, em declarações aos jornalistas, a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, esclareceu que o Governo vai clarificar o subsídio em questão num “diploma próprio”.

No decreto-lei, publicado no final de Março, relativo ao apoio às rendas, o Governo tinha estabelecido que o apoio teria por base de cálculo “o total do rendimento para determinação da taxa apurado pela AT na liquidação do IRS do beneficiário”, ou seja, o rendimento colectável, segundo os especialistas. Mas um despacho interno assinado pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais veio fazer uma leitura diferente, ditan-

do que, na prática, seja usado o rendimento bruto.

Essa orientação interna, alertaram logo os fiscalistas, por

Na questão das rendas foram aprovadas duas medidas: a primeira diz respeito à descida da taxa de IRS de 28% para 25% nos contratos acima de cinco anos; a segunda é o limite de 2% na subida das rendas em novos contratos

Sábado
8 de Julho de 2023



MAIS HABITAÇÃO: AS MEDIDAS APROVADAS NA ESPECIALIDADE

Suspensão de novos alojamentos locais fora do interior

Voto a favor do PS, votos contra de PSD, Chega e Iniciativa Liberal, e abstenções de BE (nas alterações propostas pelo PS e em parte da proposta inicial do Governo) e PCP

Arrendamento forçado de edifícios devolutos há mais de dois anos

Voto a favor do PS, votos contra de PSD e IL, abstenções de BE e PCP. Chega ausente desta votação

Contribuição extraordinária sobre o AL

Votos a favor de PS e BE, votos contra de PSD, IL e Chega. Abstenção do PCP

Limite na subida da renda dos novos contratos

Voto a favor do PS, votos contra de PSD, Chega e IL. Abstenções de BE e PCP

Isenção de IRS e IRC para casas que saiam do AL para arrendamento

Voto a favor do PS

Descida da taxa de IRS para rendas de contratos de maior duração

Voto a favor do PS, votos contra de PCP e BE. Abstenções de PSD, Chega e IL

Fim de novos vistos gold

Votos a favor de PS, BE e PCP, votos contra de PSD, IL e Chega

Aumento da dedução no imposto municipal sobre imóveis familiar

Aprovada por unanimidade. Com votos a favor de PS, PCP e BE foi aprovada uma proposta do Livre para o agravamento do IMI em prédios devolutos localizados em zonas de pressão urbanística

Impenhorabilidade dos apoios extraordinários nas casas

Votos a favor de PS, BE, PCP, PSD e Chega. Abstenção da Iniciativa Liberal

um lado, reduz o universo de potenciais abrangidos, e, por outro, faz encolher o valor pago a cada beneficiário. Além disso, corre o risco de ser ilegal, porque um despacho interno não pode sobrepor o seu entendimento ao de um decreto-lei. Confrontado com estas dúvidas, o PS avançou com uma proposta de alteração ao Mais Habitação, mas, esta semana, decidiu desistir dessa norma interpretativa. “Foi para trazer tranquilidade ao processo”, explicou ao NOVO a deputada Jamiela Madeira.

A oposição viu com “bons olhos” esta decisão, mas exigiu que o Governo vá mais longe e retire o despacho e as orientações internas dadas ao fisco. Questionado, o Ministério das Finanças remeteu para as declarações de Vieira da Silva, que revelou que vem aí um “diploma próprio” sobre esta questão.

Experience Center

Lisboa

Transforme a sua organização, criando experiências imersivas

Experience Center – Lisboa

O Experience Center é o local certo para conduzir atividades relacionadas com o desenvolvimento de grandes ideias, desde o desenho à execução da estratégia, incluindo experiências de Realidade Aumentada, Realidade Virtual, Inteligência Artificial, 3D Printing, Digital Twins, Metaverso e com uma total jornada imersiva. Inspire-se e realize mudanças transformadoras, criando novas experiências.

#webuildtomorrowtoday

Venha viver a experiência!

Contacto:
pt_marketing_communications@pwc.com

pwc

© 2023 PwC. Todos os direitos reservados. PwC refere-se à PwC Portugal, constituída por várias entidades legais, ou à rede PwC. Cada firma membro é uma entidade legal autónoma e independente. Para mais informações consulte www.pwc.com/structure.

Nova lei do tabaco “tem aspectos excessivos e discriminatórios”

O Governo avançou com uma proposta que altera a Lei do Tabaco, limitando, nomeadamente, os locais de acesso público onde é possível fumar. Os sectores da restauração e dos serviços receberam com desagrado esta proposta, que consideram ter aspectos excessivos. Além disso, alertam, penaliza de forma desproporcional certas actividades e promete prejudicar os negócios, numa altura em que as empresas estão confrontadas com um aumento dos juros

Isabel Patrício
ipatricio@medianove.com

Vêm aí novas restrições ao fumo. O Governo aprovou em Conselho de Ministros e entregou no Parlamento uma proposta de lei que limita, nomeadamente, os locais de acesso público onde é possível consumir tabaco, bem como os estabelecimentos que o podem vender. As críticas não se fizeram esperar, uma vez que, por um lado, há “aspectos discriminatórios”, com a penalização desproporcional de certas actividades, e, por outro, no início do ano, já tinham sido introduzidas mudanças nessas regras, frisa a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), que apela, assim, a que haja estabilidade legislativa.

Tanto esta como a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) sublinham (e esperam) que, no processo parlamentar, sejam feitos ajustes à proposta do Governo, aliviando-

-se algumas das limitações que estão em cima da mesa.

Foi em meados de Maio que o Executivo deu luz verde, em Conselho de Ministros, à proposta de lei que pretende voltar a alterar a Lei do Tabaco: está prevista, por exemplo, a proibição de fumar em restaurantes, bares, espaços de dança e similares, quer no interior, quer nas esplanadas ou pátios exteriores que estejam cobertos ou delimitados, ou outro tipo de estruturas, bem como a revisão dos sítios onde o tabaco pode ser vendido. “Procede-se à extensão da proibição da venda de tabaco à generalidade dos locais onde é proibido fumar, redefinindo-se igualmente os espaços onde é permitida a instalação de máquinas de venda automática, as quais devem localizar-se a mais de 300 metros de estabelecimentos de ensino”, indica o Governo.

Ainda que não questione os malefícios do tabaco, a AHRESP não tardou a fazer duras críticas ao que o Governo propõe neste âmbito. “A proposta de lei contempla medidas despropor-



“

A proposta de lei contempla medidas desproporcionais, em alguns aspectos discriminatórias, penalizando sobretudo os estabelecimentos de restauração e similares. Pelo impacto que pode ter nos negócios, que têm vindo a adaptar-se à lei hoje em vigor, vemos com preocupação esta proposta”

cionais, em alguns aspectos discriminatórias, penalizando, sobretudo, os estabelecimentos de restauração e similares. Pelo impacto que pode ter nos negócios, que têm vindo a adaptar-se à lei hoje em vigor, vemos com preocupação esta proposta. O tabaco não é uma substância ilícita. Há vários direitos e interesses em jogo que devem ser considerados e que exigem uma lei mais equilibrada”, sublinha a secretária-geral, Ana Jacinto, em declarações ao NOVO Economia.

Também a CCP não vê com “bons olhos” as mudanças que o Governo pretende fazer, considerando que a proposta em causa “tem aspectos claramente excessivos, quer no que se refere aos locais de venda de tabaco, quer aos locais onde é proibido fumar”. “Não se compreende, por exemplo, a discriminação entre estabelecimentos comerciais”, sublinha fonte

oficial da confederação liderada por João Vieira Lopes. A avançarem estas mudanças, a CCP antevê que os lojistas arrisquem ver as receitas caírem, directa e indirectamente. “Temos muitas dúvidas quanto à filosofia de que é necessário controlar e restringir o acesso a produtos de tabaco. Este tipo de medidas pode gerar fenómenos indesejáveis de venda de tabaco em canais alternativos”, avisa a confederação.

Também Ana Jacinto admite recear que “possa haver um afastamento dos clientes dos estabelecimentos de restauração e similares” se forem aprovadas as alterações apresentadas pelo Governo. E destaca que estas alterações são debatidas poucos meses depois de terem entrado em vigor outras mudanças à Lei do Tabaco que vieram determinar “quais os requisitos que os estabelecimentos que quises-



sem permitir o fumo deviam ter” e que levaram os empresários a fazer alguns investimentos.

Mais: Ana Jacinto observa que o sector da restauração e similares ainda está numa “situação de fragilidade”, após dois anos de pandemia e, mais recentemente, face aos efeitos da inflação. “Além do sobreendividamento por culpa da pandemia, temos agora o aumento dos custos de produção e a subida das taxas de juro, que continuam a impedir as nossas empresas de gerarem margens de negócio de forma a suportarem todos estes custos adicionais que se intensificaram em 2022”, relata a secretária-geral.

Mudanças no Parlamento?

Importa explicar que a proposta do Governo terá ainda de passar por todo o processo de debate e ajustes parlamentares, pelo que poderá vir a sofrer altera-

ções. “As propostas devem ser mais equilibradas e atender a todos os direitos envolvidos”, apela a AHRESP. Também a CCP tem esperança de que, na Assembleia da República, a proposta seja melhorada, eliminando-se as limitações a fumar nas áreas ao ar livre na restauração. “Também devem ser ponderadas as vantagens e os inconvenientes de restringir os locais de venda de tabaco e produtos afins, pelos efeitos perversos a que pode conduzir, nomeadamente entre diferentes tipologias de estabelecimentos comerciais”, defende a confederação que representa o comércio e os serviços.

As datas de entrada em vigor das várias medidas previstas na proposta de lei do Governo variam entre si, mas há mudanças que podem chegar ao terreno já em Outubro, como a proibição de venda dos cigarros que contenham aromatizantes.

Ana Jacinto, secretária-geral da AHRESP. No início do ano, as regras do tabaco mudaram e os empresários fizeram investimentos para garantir que os clientes continuariam a poder fumar nos seus estabelecimentos. Agora, o Governo decidiu propor novas mudanças, o que merece críticas por parte da AHRESP, que pede estabilidade

“Não é razoável que, passado pouco tempo, já se esteja a mudar” a lei do fumo

Que avaliação fazem da proposta de lei que altera a Lei do Tabaco?

A AHRESP nunca questionou os malefícios do tabaco ou a necessidade de promover a saúde de todos, mas não podemos deixar de considerar que a proposta de lei que entrou para discussão na Assembleia da República contempla medidas desproporcionais, em alguns aspectos discriminatórias, penalizando sobretudo os estabelecimentos de restauração e similares.

Que impacto esperam no negócio das empresas dos sectores que representam?

Receamos que possa haver um afastamento dos clientes dos estabelecimentos de restauração e similares. Por outro lado, não podemos deixar de referir que, ainda no início deste ano, entraram em vigor novas regras nesta matéria, fruto de uma alteração que veio determinar quais os requisitos que os estabelecimentos que quisessem permitir o fumo deviam ter e que resultaram em alguns investimentos. Não é razoável que, passado pouco tempo, já se esteja novamente a alterar as regras, desta feita para proibir, de todo, fumar. **A proposta do Governo ainda terá caminho a fazer no Parlamento. O Governo já recuou nalgumas intenções. Acreditam que recuará noutros pontos?** Consideramos que as alterações propostas são muitas e profundas,



Ana Jacinto
Secretária-geral da AHRESP

devido as propostas ser mais equilibradas e atender a todos os direitos envolvidos. Por outro lado, alertamos mais uma vez para o facto de as empresas não poderem estar sujeitas a constantes mudanças da lei, o que já se tornou um indesejável hábito que muito prejudica os negócios e o investimento. Esperamos que na discussão na Assembleia da República exista preocupação com todos estes aspectos.

Por outro lado, num momento marcado pela escalada dos preços, a AHRESP tem defendido uma redução do IVA da restauração, que o Governo rejeitou. Porquê? A AHRESP há muito que defende a aplicação temporária da taxa reduzida do IVA nos serviços de alimentação e bebidas. Esta é uma medida de acesso directo e universal e que

permite, de forma automática, o reforço indirecto da tesouraria das empresas, como, aliás, foi implementado noutros países europeus. Esta medida é essencial para o reforço da liquidez das nossas empresas, uma vez que há necessidade de gerar tesouraria para fazer face aos crescentes encargos financeiros num contexto macroeconómico particularmente atípico.

E quais os principais desafios, actualmente, dos sectores representados pela AHRESP?

Um dos grandes desafios prende-se com a capacidade de gestão, de reinvenção e de adaptação dos negócios face às alterações do mercado provocadas pelo contexto macroeconómico adverso e exigente dos últimos anos. E, a par deste desafio, é a falta de mão-de-obra, sobretudo qualificada, que continua a ser um dos principais problemas para todas as actividades turísticas. A AHRESP considera que há muito trabalho a fazer, antes do mais, a imperiosa necessidade de redução da carga fiscal e contributiva sobre o rendimento do trabalho. Obviamente que a AHRESP está expectante em relação aos resultados do turismo para este ano e, em especial, para a época alta que, segundo as previsões, pode registar novos recordes de receitas ou da procura turística. Contudo, assumimos um optimismo moderado, já que permanecem alguns riscos.

FOTO CEDIDA



“Hoje, uma empresa já pode ser 100% portuguesa no Catar”

Nuno Anahory, fundador do Forum Portugal Qatar, refere em declarações ao NOVO Economia que o Mundial de futebol abriu a economia do Catar ao mundo e alerta para o facto de o voo directo para Portugal ainda não ter sido retomado. “Para a mentalidade dos árabes, é um *handicap*”, afirma

Rodolfo Alexandre Reis
rreis@medianove.com

A realização do Mundial de futebol em 2022 foi o pontapé de saída do Catar para abrir as portas da sua economia ao mundo, onde se enquadram, no caso de Portugal, projectos relacionados com a área da construção metálica, imobiliário e hotelaria, e onde algumas empresas nacionais já conseguem ter um percurso de sucesso no país.

“O Catar modernizou-se e tem uma economia que conseguiu, por força do Mundial de futebol,

abrir-se. É um país onde, hoje, uma empresa portuguesa pode abrir uma filial ou uma empresa e ser 100% detentora do capital dessa sociedade”, refere, em declarações ao NOVO Economia (NE), Nuno Anahory, fundador e *chairman* do Forum Portugal Qatar (FPQ).

O país tem um plano de desenvolvimento para o mercado da construção, onde tem a expectativa de crescer cerca de 10% até 2030, ano em que espera atingir os 123 mil milhões de dólares (113 mil milhões de euros), mais do que duplicando os valores alcançados no ano passado.

No caso de Portugal, o fun-

O Catar tem um plano de desenvolvimento para o mercado da construção, onde tem a expectativa de crescer cerca de 10% até 2030, ano em que espera atingir os 123 mil milhões de dólares

dador do FPQ destaca o papel de pequenas e médias empresas que estão no Catar nas áreas da construção, arquitectura, fiscalização de obras, *design*, eventos e digital. “Estão a desenvolver o seu trabalho e a competência das empresas portuguesas é muito bem recebida dentro do Catar”, realça.

Em sentido inverso, Nuno Anahory destaca que a entidade tem estado a promover Portugal no Catar em diversos sectores, nomeadamente o imobiliário e a hotelaria, que sublinha serem áreas onde os investidores procuram rentabilidade e activos de qualidade e com posiciona-

mento médio, médio-alto ou *premium*.

“Já organizámos um evento sobre a promoção de investimentos na área do mobiliário no Catar, mas é um caminho que estamos a trabalhar porque, de facto, Portugal não se promove no Catar. Penso que as agências na área do turismo, de promoção e captação de investimento, deviam apostar mais no Catar porque, de facto, existe uma capacidade de investimento muito grande, mas, como em tudo, temos de fazer esse trabalho de promoção”, salienta, acrescentando que na área do turismo e de atracção de investimentos, “o governo português tem vindo a fazer um excelente trabalho”.

No entanto, existe um pequeno senão que pode dificultar de alguma forma a vinda de investidores do Catar para Portugal e que está relacionado com o voo directo com a Qatar Airways, que ainda não foi reposto depois da pandemia. “Há uma série de contactos com as entidades e todos ambicionamos isso porque, para a mentalidade dos árabes, não haver um voo directo é um *handicap*”, sublinha, sendo taxativo quando questionado sobre uma previsão para a retoma dessa ligação. “Até ao final do ano, *inshallah*”, refere.

Sobre as metas traçadas para 2024, Nuno Anahory destaca que o principal objectivo é sempre colocar ao dispor das empresas portuguesas e, neste caso, com extensão à comunidade lusófona, aquilo que é a rede de contactos do FPQ no Catar, no sentido de promover as empresas portuguesas e os projectos, não só criando oportunidades para as empresas como, simultaneamente, trazendo as pessoas do Catar para conhecerem os melhores projectos em cada um dos países.

“Vamos ter um grande evento no Catar relativamente a toda a fileira da construção, o ConteQ Expo24. É uma excelente oportunidade para as empresas na área da construção se juntarem a nós e virem apresentar-se a este mercado do Catar. Começa logo no primeiro trimestre, com a primeira Web Summit organizada em África e no Médio Oriente, precisamente no Catar. É mais uma oportunidade para as empresas tecnológicas portuguesas se apresentarem no mercado”, conclui.

DISTRIBUIÇÃO

Aqui é Fresco aposta em preços 40% abaixo dos da grande distribuição

“Pretendemos crescer entre os 5% e os 8% na facturação em 2024”, revela Carla Esteves, directora-executiva da rede de lojas de proximidade

Rodolfo Alexandre Reis
rreis@medianove.com

Diversidade e qualidade dos produtos com preços entre 30% e 40% mais baixos do que a concorrência: é esta uma das formas de a rede de lojas de proximidade Aqui é Fresco (AeF) concorrer com as grandes cadeias de distribuição. Actualmente, o grupo já conta com 700 lojas e 16 asso-

ciados grossistas num total de 38 *cash & carries* nos diversos distritos do país.

Em entrevista, Carla Esteves, directora-executiva da Aqui é Fresco, refere que recentemente lançou um apelo aos parceiros da empresa para que assumissem o compromisso de uma não incorporação, nos preços ao consumidor, dos ganhos obtidos ao longo da cadeia de produção, transformação e distribuição alimentar com os apoios definidos pelo



Carla Esteves
Directora-executiva da rede de lojas Aqui é Fresco

Governo, em particular os decorrentes da isenção de IVA.

“Foi pelos nossos clientes que assumimos o compromisso de manter o IVA Zero. Apelámos à nossa rede para que assumisse este compromisso, o que foi cumprido, e hoje podemos dizer que os nossos consumidores sentiram isso”, afirma a directora-executiva.

A rede de lojas AeF levou recentemente a cabo a sua convenção anual em Braga, onde contou com cerca de 1.500 representantes do sector e que acabou por se revelar um sucesso em termos de negócios realizados, tendo superado em dois dias de negociação os 11 milhões de euros e em contratos celebrados, face aos 4,7 milhões registados em 2022.

As novas tendências de consumo são também uma das principais questões com que este mercado se debate, dado que o consumidor actual é mais “céptico e menos permeável à publicidade tradicional”. Para fazer face a este cenário, a responsável da AeF realça que “é indispensável reforçar a aposta na digitalização e na modernização, recorrendo a fer-

ramentas inovadoras que permitam responder com eficácia e rapidez a consumidores com um processo de aquisição cada vez mais associado à acessibilidade e à velocidade”. Um dos exemplos de resposta a estas novas tendências é a própria marca da AeF designada por UP, que em breve vai lançar no mercado uma gama de produtos biológicos e vegetarianos, para dar resposta à cada vez maior procura por este género de alimentação por parte dos clientes da AeF.

De resto, a consolidação da marca UP é um dos principais objectivos da AeF para este ano, bem como as dez marcas próprias que esta cadeia de lojas de proximidade possui, entre as quais a Terra Lusitana. “As nossas marcas próprias estão presentes em praticamente todos os segmentos. Para alimentar todas estas marcas, continuamos a crescer no nosso número de fornecedores e, desde Fevereiro, temos mais quatro fornecedores de marca própria, e esperamos, nos próximos meses, começar a trabalhar com ainda mais alguns”, explica Carla Esteves.

Publicidade

VISIONWARE

Challenging an Unsafe World

LEALDADE DISCRIÇÃO DEDICAÇÃO

SOBRE
A nossa missão é contribuir para o Sucesso dos nossos clientes, aumentando a sua cultura e maturidade em Segurança da Informação.

SERVIÇOS

- ✓ CYBERSECURITY
- ✓ CYBER DEFENSE OPERATIONS - SOC & CSIRT
- ✓ FORENSIC INVESTIGATIONS
- ✓ PRIVACY & LEGAL — GDPR | RGPC | WHISTLEBLOWING
- ✓ ETHICS & CORPORATE COMPLIANCE
- ✓ STRATEGIC INTELLIGENCE
- ✓ PROFESSIONAL SERVICES
- ✓ TRAINING | VISIONWARE ACADEMY

SCAN ME

visionware.pt

geral@visionware.pt +351 225 323 740

PORTUGAL Porto | Lisboa
CABO VERDE Praia | Mindelo



CRISTINA BERNARDO

CONFERÊNCIA

Inteligência artificial generativa tem “sentido de urgência”

“Generative AI: do ChatGPT ao dia-a-dia das organizações” foi o tema da última conferência promovida pelo Jornal Económico em conjunto com a consultora tecnológica Wiimer. *Managing partner* da empresa fala na necessidade de implementar soluções de analítica em tempo recorde

Mariana Bandeira
mbandeira@medianove.com

“**N**ão vai haver uma única indústria que não seja impactada”: é desta forma que Miguel Moreira da Silva, *managing partner* da consultora tecnológica Wiimer, sintetiza o presente e o futuro – aqui à porta – dos sistemas baseados em inteligência artificial (IA), principalmente a generativa, que está por detrás da plataforma digital ChatGPT, o

famoso “fazedor” *online* de textos e “respondedor” de perguntas infinitas.

“O sentido de urgência da IA aumentou porque já estamos ao nível da discussão de como conseguimos melhorar o negócio através da IA. Continuam a ser modelos complicados porque nos perguntam já em quantas semanas conseguimos aplicar os modelos”, contou o especialista em analítica de dados na conferência “Generative AI: do ChatGPT ao dia-a-dia das organizações”, promovida pelo Jornal Económico (JE) e pela

Wiimer, na passada quinta-feira, dia 29 de Junho.

Por sua vez, Miguel Fernandes, *consulting partner* da PwC, destacou que a tecnologia da OpenAI com a Microsoft teve um milhão de utilizadores em cinco dias, perfazendo mais de 10 milhões em apenas dois meses. “Humanizar significa que as pessoas têm de entender que isto é um acelerador com enorme potencial, mas, como tal, também é um risco. O que antes se levava um dia a fazer, agora, faz-se em segundos”, referiu.

Vera Rodrigues, responsável de Pessoas da Sonae MC, diz que não há nenhuma dicotomia entre a gestão mais humanizada e uma gestão mais efectiva da tecnologia. “Tem a vantagem de tirar da frente das pessoas aquilo que elas não gostam de fazer. Por exemplo, ninguém gosta de criar currículos. Isto permite melhorar a experiência das pessoas nas organizações e fazer com que elas gostem de trabalhar nas mesmas”, argumentou, neste encontro que ocorreu na sede da Siemens, em Alfragide.

Para o *CEO* da VisionWare, esta transformação deve ser abordada a nível corporativo através da criação de rápidas dinâmicas com os colaboradores: “Saber que alguém está a fazer algo que não devia estar a fazer; perce-

ber quando algo se movimentava no mundo cibernético e que pode tornar-se uma ameaça.” “O grande desafio vai ser, sem dúvida, a capacidade de reacção para prevenir os problemas”, afirmou Bruno Castro, nesta sessão que contou com o apoio da PwC, da VisionWare e da PLMJ.

Numa perspectiva mais jurídica, o coordenador da área de Tecnologia, Média e Telecomunicações da PLMJ e o director-executivo da Católica Global School of Law alertaram para os riscos de uma eventual violação dos direitos de autor. “Como é que respeitam o princípio da minimização dos dados? Como é que tomam decisões sobre o exercício de direitos? Como é que estes dados foram recolhidos e são tratados?”, questionou-se o advogado Pedro Lomba sobre o assunto, defendendo a criação de auditorias à utilização de IA.

Já Tito Rendas assinalou que a lei europeia AI Act não está a ser desenhada na melhor orientação. “O Parlamento Europeu fez um disparate. Não tenho grande esperança. Veio exigir aos fornecedores destes sistemas que fizessem um resumo detalhado das obras protegidas por direitos de autor”, lamentou sobre aquilo que considera uma “regra impossível de cumprir”.

Então, qual é a receita para um gestor, nomeadamente do sector energético, ser bem-sucedido? “Arrumar a casa, sustentar as fundações e criar equipas dedicadas”, garantiu Jorge Afonso, *chief data e analytics officer* da Galp Energia. Até porque, a seu ver, “as organizações portuguesas não estão capacitadas para gerir este tipo de tecnologias e há todo um caminho para chegar a um ponto efectivo para que haja vantagem para os negócios”.

Nesta visão se revê Ricardo Nunes, *chief strategic officer* da OMIP, embora realce que os algoritmos ajudam “a resolver” alguns problemas. “Temos de perceber como pode aportar valor internamente (eficiência) e como vamos dar valor aos nossos clientes”, concluiu o parceiro de painel Luís Marçal, responsável de Automação de Energia e Sustentabilidade da Siemens.

A empresa anfitriã, a Siemens, aproveitou a ocasião para dizer que investiu 6,5 mil milhões de euros em tecnologia em 2022, tendo este ano 47 mil colaboradores a trabalhar nos processos tecnológicos, segundo Ricardo Nunes, *chief financial officer* da Siemens Portugal.

EVOLUÇÃO DO PREÇO DO BRENT

Valores em dólares



EVOLUÇÃO DO EURO FACE AO DÓLAR

Valores em dólares



EVOLUÇÃO DO PREÇO DO OURO

Valores em euros/onça



EVOLUÇÃO DO PSI

Valores em pontos



Fonte: Investing, Euronext [atualização: 7 de Julho, 17h32]

BCP e NOS puxam pelo PSI e dados do emprego dos EUA travam queda das bolsas

Os dados desta sexta-feira mostraram que a economia dos EUA criou apenas 209 mil postos de trabalho no mês passado, uma diminuição face aos 306 mil que foram adicionados em Maio, o que ajudou a inverter o tombo das bolsas e a escalada das *yields* da dívida soberana

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

Na última sessão da semana, no PSI, o destaque vai para as acções da NOS, que acabaram por puxar pelo índice. As acções da NOS dispararam 3,30% para 3,32 euros, em reacção a um *upgrade* que recebeu do Barclays. A casa de investimento elevou o preço-alvo de 2,60 para 3,50 euros.

O BCP mostra-se igualmente em bom plano, a subir 2,31% para 0,2219 euros.

Os mercados de acções europeus foram oscilando entre território de ganhos e de perdas ao longo da sessão e fecharam maioritariamente em alta, depois da divulgação dos dados oficiais do emprego nos Estados Unidos. O Stoxx 600 fechou ligeiramente positivo ao subir 0,087% e o EuroStoxx 50 subiu 0,30% para 4.235,98 pontos.

Nas principais bolsas, apenas Londres e Madrid fecharam em queda. Lisboa acompanhou o *mood* europeu e fechou no verde.

O índice espanhol IBEX foi condicionado pelo destacamento de dividendo da Iberdrola e também pela queda da Repsol, que procura investidor para projecto de metanol.

Por cá, e além da NOS e do BCP, a Sonae mostrou um ganho resul-

tante da venda de uma posição na ISRG. No seio empresarial, de notar ainda a valorização da Airbus, em resposta a bons números de vendas unitárias de aviões em Junho e de encomendas.

No plano macroeconómico, saíram os dados da criação de emprego pela economia norte-americana, depois de o sector privado dos EUA ter mostrado forte geração em Junho, o que até provocou uma reacção negativa ontem nas bolsas, perante aparentes receios de que esta robustez atrase a descida da inflação pretendida pela Fed e possa justificar maior aperto monetário.

Mas o mercado de trabalho norte-americano acabou por revelar que a economia dos EUA criou 209 mil empregos em Junho, quando o mercado esperava 230 mil. O indicador ficou abaixo da previsão consensual e abaixo dos 306 mil em Maio (revisado em baixa de 339 mil), de acordo com o Gabinete de Estatísticas do Trabalho dos EUA. A taxa de desemprego, entretanto, desceu para 3,6%, depois de ter registado 3,7% no mês anterior.

Depois de, na quinta-feira, ter sido revelado no Relatório Nacional de Emprego ADP (produzido pelo ADP Research Institute) que as empresas norte-americanas geraram muito mais emprego que o previsto em Junho, os dados desta sexta-feira mostra-

ram que a economia dos EUA criou apenas 209 mil postos de trabalho no mês passado (número revisado em baixa em 33 mil contratações).

A primeira reacção do mercado foi positiva, uma vez que se acalmaram receios de que um forte nível de contratações pudesse atrapalhar a tão desejada descida da inflação e justificar atitudes mais agressivas de política monetária dos EUA.

A bolsa de Nova Iorque negociava esta sexta-feira mista, no início da sessão, depois da divulgação de dados do mercado laboral norte-americano.

Os banqueiros centrais deixaram claro que a luta contra a inflação ainda não terminou

Os juros das dívidas soberanas agravaram-se esta quinta-feira na zona euro e nos Estados Unidos, num dia em que os investidores deram como certo que a Reserva Federal (Fed) dos Estados Unidos deverá continuar a subir as taxas de juro, podendo ir mais longe do que o esperado.

Esses dados robustos do mercado de trabalho dos EUA (que não se confirmaram na sexta-feira) motivaram um novo realinhamento de expectativas para os próximos movimentos da Fed e do BCE.

Se a perspectiva de mais subidas das taxas de juro desencadeou o pior dia da bolsa desde o colapso do Credit Suisse, na passada quinta-feira, no mercado secundário da dívida, a venda também se fez sentir fortemente, empurrando as taxas de rentabilidade das obrigações soberanas de diferentes países para máximos que não se viam há anos.

O Relatório Mensal sobre Mercado de Capitais (Julho - 2023), elaborado por Hans-Jörg Naumer, director de Mercados de Capitais Globais e Análise Temática da Allianz Global Investors (AllianzGI), defende que "embora a Reserva Federal tenha feito uma pausa no aumento das taxas de juro, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco de Inglaterra (BoE) não deixam dúvidas: a luta contra a inflação ainda não acabou".

AGENDA

10 de Julho

Aviação

Eurostat publica estatísticas dos transportes aéreos referente ao número de voos comerciais em Junho na União Europeia.

Finanças

O Banco de Portugal publica dois relatórios de estatística diferentes: as contas nacionais financeiras, com os fluxos e *stocks*, e as emissões de títulos.

11 de Julho

Empresas

O Banco de Portugal revela informação estatística recente sobre a central de balanços das empresas.

Serviços

O Instituto Nacional de Estatística (INE) dá a conhecer os índices de volume de negócios, emprego, remunerações e horas trabalhadas no sector dos serviços em Maio.

EUA

Os Estados Unidos apresentam o Cenário Energético de Curto Prazo da EIA - Energy Information Administration, com as perspectivas para o mercado da energia.

12 de Julho

Inflação

O INE mostra qual foi a evolução do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em Junho.

13 de Julho

Indústria

O Eurostat apresenta os novos dados da produção industrial (Maio de 2023).

Canadá

O Banco do Canadá revela decisão de política monetária.

14 de Julho

Turismo

O INE faz o ponto de situação da actividade turística em Portugal durante o mês de Maio.

#LIDERAR #INOVAR #EMPREENDER



MEDIA
NOVE

www.forbespt.com

VISITE-NOS TAMBÉM NAS NOSSAS REDES SOCIAIS @forbespt

